



Garantir o “regresso à normalidade”



Manuel Reis Campos
Presidente da CPCI e da AICCOPN

Com o recente anúncio de novas medidas para apoiar as empresas e o emprego, o Governo assume como prioritária a preservação da capacidade produtiva das empresas e, desta forma, reconhece que é essencial que estas possam estar preparadas para responder à esperada retoma da economia. É certo que as soluções agora apresentadas precisam de ser implementadas com eficácia e, sobretudo, de chegar de forma rápida à generalidade das empresas que precisam destes apoios, mas deve reconhecer-se a sua importância e, sobretudo, têm de ser vistas como o início de uma nova fase na estratégia de recuperação económica, na qual o tecido empresarial tem de ser objeto de uma renovada atenção.

À presidência portuguesa da UE, no primeiro semestre de 2021, caberá um papel decisivo na implementação dos novos instrumentos comunitários, que são essenciais para o futuro da Europa. Essa é uma tarefa essencial, que permitirá ao País, seguramente, reafirmar a sua relevância e demonstrar que o seu peso e dimensão no Mundo são, e sempre foram, muito superiores à mera dimensão do seu território. Mas, internamente, os próximos meses não podem ser passados à espera da disponibilização da denominada “Bazuca Europeia” e da normalização da situação pandémica e da atividade económica.

É preciso assegurar que as empresas estão preparadas e dispõem das condições necessárias para responder a esse “regresso à normalidade”, ainda que, como todos sabemos, esse será um processo longo e que enfrentará inevitáveis avanços e recuos. Os mecanismos europeus vão demorar alguns meses a chegar ao terreno e, é por isso mesmo, que temos reafirmado

a importância de questões como o reforço da competitividade das empresas portuguesas face às suas congéneres europeias, a manutenção do posicionamento favorável do mercado imobiliário português ou a necessidade de rever custos de contexto inaceitáveis, como o excesso de burocracia ou uma fiscalidade que penaliza o investimento.

De igual modo, este é o momento para olhar para domínios estratégicos que têm sido colocados em segunda linha, por força da situação de emergência que estamos a atravessar e a internacionalização é um exemplo claro. Uma vez mais, é positivo que o Governo anuncie o reforço de linhas de atuação como a promoção de redes de fornecedores, capazes de promover a colaboração das grandes empresas com as PME's, de forma a que seja possível contar com a presença externa de um número cada vez maior de empresas de todas as especialidades e dimensões. A este nível, o Setor da Construção e Imobiliário é decisivo e pode ser uma importante alavanca para as demais atividades. A presença global e significativa das empresas portuguesas de construção tem de ser aproveitada para promover a internacionalização das PME's, não apenas de toda a fileira, mas também de outros setores.

Estes são vetores de atuação que não podem ser adiados porque, antes do “disparo da bazuca”, há ainda um País que tem de ver o seu presente assegurado, para garantir um futuro mais sustentável. É necessário apoiar a atividade empresarial e o emprego e, no caso da Construção e Imobiliário isso significa, desde logo, medidas concretas e imediatas como a adjudicação das obras que foram objeto de concurso.